PARECER JURÍDICO

Ref.: PL (LDO) 51/2025 (Processo Eletrônico n°. 932/2025).

Ementa: Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026.

Preambularmente,

Cabe dispor sobre a atuação do Presidente no processo legislativo na Câmara Municipal de Itanhaém, com base nas disposições regimentais (artigos 22, inciso II, alínea "e", c/c 160, do Regimento Interno.

Com base nos mencionados artigos, o Presidente da Câmara Municipal deve devolver a propositura ao autor, o que significa dizer que deverá fazer o juízo de admissibilidade para o fim de verificar o cumprimento dos critérios relacionados a seguir:

1. A propositura que fizer referência a normas legais (leis, decretos, regulamentos etc.) tem que apresentar seu texto completo, visando com garantir a clareza e acesso à informação, sob pena de devolução;
2. Citar cláusulas de contratos ou convênios sem transcrevê-las na íntegra, a fim de evitar omissões, bem como permitir análise completa;
3. For inconstitucional, ilegal ou contrariar o Regimento Interno, objetivando proteger a legalidade e a ordem normativa.
4. Se for iniciativa popular e não cumprir os requisitos regimentais, visando a conformidade com as regras estabelecidas;
5. For apresentada por um vereador ausente à sessão (salvo em caso de licença médica comprovada), objetivando a participação efetiva;
6. Tiver sido rejeitada ou vetada na mesma sessão legislativa e não for assinada pela maioria absoluta da Câmara, com o fim de impedir a reintrodução indevida de matérias já descartadas;
7. Configurar emenda, subemenda ou substitutivo que não tenha relação com o projeto original, evitando o desvio de finalidade;

8. Se tratar de uma mensagem aditiva do Executivo que, em vez de adicionar, modifique, suprima ou substitua partes do projeto original, objetivando a natureza das adições.
9. Se não for da competência da Câmara, a fim de evitar que a Câmara discuta temas fora de sua alçada.

Tais critérios tem por finalidade garantir a ordem, a legalidade e a coerência no processo legislativo municipal.

No exercício de sua competência, o Presidente pode determinar que a Diretoria Jurídica se manifeste sobre a juridicidade e legalidade das proposições, com base no artigo 10, da Lei Complementar Municipal nº. 91, de 2008, objetivando amparar o ato que determina a tramitação do procedimento legislativo, em especial o recebimento e distribuição das proposições devidamente formalizadas antes de encaminhá-los para tramitação; devolução de propostas irregulares (esteja mal formulada, trate de matéria alheia à competência da Câmara, seja flagrantemente inconstitucional ou contrária ao Regimento Interno, o Presidente pode devolvê-la ao autor). Para após a admissibilidade da proposição, o Presidente encaminha os projetos para análise das comissões permanentes ou temporárias pertinentes.

Após as necessárias considerações iniciais sobre a atuação da Presidência no processo legislativo e, em cumprimento à R. determinação de fls. 40, passa a expor a manifestação.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo Municipal que visa estabelecer as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2025, nos termos do artigo 165, §2º, da Constituição Federal e legislação municipal correlata.

O Projeto foi protocolado com a devida documentação exigida, incluindo Anexos e justificativas, estando formalmente acompanhado de assinatura eletrônica nos moldes da Lei nº 14.063/2020.

O objetivo da proposta é definir as metas fiscais, prioridades da administração pública municipal, orientações para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), estrutura orçamentária e disposições sobre alterações na legislação tributária.

II. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA

Nos termos do artigo 165, §2º da Constituição Federal, compete ao Chefe do Poder Executivo a elaboração e envio do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias ao Legislativo. Esta iniciativa está corretamente respeitada no presente caso.

A legislação municipal também prevê a competência do Executivo para iniciar o processo legislativo relacionado à LDO, o que torna o Projeto plenamente legítimo quanto à iniciativa.

O Projeto foi apresentado dentro do prazo regimental e constitucional, respeitando o princípio da anterioridade orçamentária e permitindo adequada análise e deliberação pelo Legislativo.

O projeto de LDO deve seguir tramitação específica no Legislativo, passando pelas Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Orçamento, entre outras que o Regimento Interno da Câmara determinar.

III. LEGALIDADE

O conteúdo do Projeto de LDO anexo atende às exigências legais, apresentando, metas fiscais e prioridades da administração pública municipal para 2025; regras para elaboração da Lei Orçamentária Anual; normas para alterações tributárias e critérios de limitação de empenho; orientações sobre despesa com pessoal e encargos sociais; diretrizes para execução orçamentária e contingenciamento.

Esses elementos são exigências mínimas legais e foram devidamente contemplados.

IV. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025 está formal e materialmente adequado para prosseguir na tramitação legislativa.

Recomenda-se a continuidade do trâmite legislativo, com o regular exame pelas Comissões competentes e posterior deliberação pelo Plenário da Câmara Municipal.

Este é o parecer, s.m.j.

Itanhaém, data do protocolo.

CARLA CRISTINA PEREIRA,

Diretora Jurídica.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço /autenticidade utilizando o identificador 320031003900300034003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **CARLA CRISTINA PEREIRA** em **28/04/2025 10:55**

Checksum: **512ECF6D374CD385C28273E15E21B3429FDBB9312682D81E377BF166ACC1FEE2**